

João Décio Passos

No lugar de Deus
Ensaaios (neo)teocráticos



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Passos, João Décio
No lugar de Deus : ensaios (neo)teocráticos / João Décio Passos. - São Paulo : Paulinas, 2021.

240 p. (Coleção Kairós)

Bibliografia
ISBN 978-65-5808-105-0

1. Teocracia 2. Igreja e Estado 3. Ciência política I. Título II. Série

21-4783

CDD 261.73

Índice para catálogo sistemático:

1. Teocracia 261.73

1ª edição 2021

Direção-geral: *Flávia Reginatto*

Conselho Editorial: *Andreia Schweitzer*
Antônio Francisco Lelo
Fabiola Medeiros
João Décio Passos
Marina Mendonça
Matthias Grenzer
Vera Bombonato

Editores responsáveis: *Vera Ivanise Bombonato e*
João Décio Passos

Copidesque: *Ana Cecília Mari*

Coordenação de Revisão: *Marina Mendonça*

Revisão: *Sandra Sinzato*

Gerente de produção: *Felício Calegato Neto*

Projeto gráfico: *Telma Custódio*

Capa e diagramação: *Tiago Filu*

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora. Direitos reservados.

Paulinas

Rua Dona Inácia Uchoa, 62
04110-020 – São Paulo – SP (Brasil)

Tel.: (11) 2125-3500

<http://www.paulinas.com.br> – editora@paulinas.com.br

Telemarketing e SAC: 0800-7010081

© Pia Sociedade Filhas de São Paulo – São Paulo, 2021

Sumário

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I	
O RETORNO DO PODER DE DEUS	21
CAPÍTULO II	
A QUESTÃO DAS NOVAS TEOCRACIAS.....	47
CAPÍTULO III	
PÁTRIA AMADA, IDOLATRADA.....	71
CAPÍTULO IV	
O DEUS <i>PANTOCRATOR</i> NO COMANDO DA PÁTRIA AMADA.....	103
CAPÍTULO V	
PANORAMA E MODELOS DE TEOCRACIA.....	127
CAPÍTULO VI	
DE VOLTA AO MITO	157
CAPÍTULO VII	
MITO POLÍTICO E CONSCIÊNCIA FANÁTICA.....	187
CONSIDERAÇÕES FINAIS	217
BIBLIOGRAFIA	227
ÍNDICE REMISSIVO	233

Introdução

Os israelitas disseram a Gedeão: “seja nosso rei, você e depois seu filho e seu neto [...]”. Gedeão respondeu: “Nem eu nem meu filho seremos reis de vocês. O rei de vocês será Javé”. (Jz 8,22)

As reflexões que compõem a presente publicação entram em um território tão antigo quanto novo: a do poder político exercido como autoridade provinda de Deus. *Ensaaios teocráticos* pontuaram e ainda pontuam a história política do Ocidente com modelos tão semelhantes quanto distintos. O nome clássico da postura e dos regimes políticos implantados por Deus, em seu lugar ou em seu nome é teocracia (*theo* + *kratos* = poder de Deus). Portanto, em princípio, onde houver afirmações do poder de Deus sobre a terra haverá teocracia, tanto em espaços estritamente eclesiais quanto naqueles estruturados politicamente como regimes, narrativas e governos. Essa declaração de fé jamais sofreu abalos na consciência crente de um modo geral e, de modo definido, fundamentado e politizado, na consciência política ocidental que se formou na luta permanente entre o poder divino e a autonomia humana. Essa luta já narrada como drama no mito do paraíso terrestre se estende pela história afora, tomando as mais diversas formas políticas. Deus e o homem ainda não entraram em acordo sobre os fundamentos da ordem do mundo, apesar da rebeldia humana que desobedeceu à norma divina e foi expulsa pela própria bondade divina do paraíso da eterna dependência. O dom da autonomia desobediente

ainda busca seus modos de organizar politicamente, e a saudade do paraíso ainda impulsiona retornos à tirania da ordem divina traduzida em regimes e em governos.

As teologias do poder de Deus podem ser afirmadas e formuladas por comunidades religiosas – nascedouros e incubadoras teocráticas – ou por poderes políticos nos quais o poder divino busca as formas de efetivação e justificação pública, tornando-se uma ação plena por meio de eleitos para a função. Embora o termo remeta quase sempre para os antigos regimes em que o rei era o ungido de Deus para reinar em seu nome ou em seu lugar, a postura permanece ativa na história religiosa e política dos povos e mesmo nos tempos modernos que têm como um dos centros articuladores os regimes democráticos. O termo teocracia é adotado nessa reflexão para designar a postura que entende a origem e a organização do poder a partir de um fundamento religioso, mesmo que isso não resulte em um regime teocrático, como nos modelos monárquicos do passado. Se, por um lado, a consciência política moderna não suporta esses regimes, por outro, tem convivido com a postura que, de tempos em tempos, emerge com forte ímpeto de encarnação em governos concretos, particularmente em regimes ditatoriais e governos de ultradireita. É verdade que, ao menos no Ocidente, os antigos regimes teocráticos já se foram, deixando não mais que alguns rastros em monarquias atuais como a inglesa. Contudo, mais forte que esses resquícios politicamente inoperantes, a sobrevivência de uma consciência teocrática se mostra viva e em nossos dias adquire expressões que, até bem pouco, seriam desacreditadas como coisa definitivamente superada.

No pacote que compõe o “eterno retorno” da ultradireita (KAHHAT, 2019), a postura teocrática se faz presente em doses diferenciadas, segundo os líderes que a exibem como razão e fim de seus governos salvadores das respectivas nações e, até mesmo, do Ocidente cristão. Talvez esses líderes tenham feito nada mais que abrir a caixa de pandora, destravar o inconsciente mítico onde habita o líder absoluto com toda a sua força salvadora (FINCHELSTEIN, 2015) capaz de vencer o caos com o cosmos, ou simplesmente pôr a público o que se encontrava recluso nas intimidades religiosas como dogma do poder divino. O fato

é que o apelo ao fundamento religioso do poder é hoje um dado mundializado visível a olho nu. Os líderes de direita do Hemisfério Norte lançam mão desse expediente para legitimar seus governos, mesmo que a cultura laica seja o clima de suas nações. Cá no Sul, o retorno teocrático tem seus percursos próprios e parece significar o extravasamento do poder de Deus de uma esfera estritamente religiosa para a esfera política e pelas mãos de sujeitos pouco versados na regra política democrática. Os grupos pentecostais e os cristãos pentecostalizados são os protagonistas diretos desse extravasamento que hoje se encontra em curso no governo brasileiro. Se, para esses, até não muito tempo o poder de Deus se opunha aos poderes humanos, distantes de Deus das coisas de natureza espiritual, agora descobriram que é possível levar Deus até o coração da coisa pública e acionar seu poder por meio de líderes investidos para essa missão salvadora.

A teologia do poder de Deus, central nesse segmento cristão, entra na cena pública e de modo desarranjado busca os meios de efetivação. Contudo, trata-se, na realidade, de uma mesma e única batalha que visa devolver a história ao comando divino, por meio de alguns eleitos para essa missão. Deus está no comando! “Estamos no governo por desígnio de Deus!”, repetem alguns sujeitos do governo. Nada de novo sob o sol dos poderes com pretensões de mando arbitrário. Ademais, o que haveria de mal em trabalhar pela pátria em nome de Deus e sob sua providência e proteção diretas? Quem negaria esse privilégio ou esse direito? Somente os cristofóbicos, já respondeu categoricamente o mandatário maior.

Para além dos fiéis crentes no poder de Deus, alguns assistem atônitos às cenas teocráticas. Outros as encaram com relativa naturalidade e outros, ainda, com indiferença. O fato é que a frase norteadora da campanha do deputado até então desconhecido, “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”, era mais que uma estratégia de marketing político; era, de fato, uma sentença programática de um governo. Os percursos da montagem e do exercício do governo foram mostrando o poder daquelas palavras supostamente inoperantes. Um governo de reverendos, orientado por referências religiosas explícitas e conduzido por

um líder francamente religioso, desenhou-se com toda crueza perante todos e provocou mais buchichos do que gritos de protesto. Aliás, entre todos os atentados contra a democracia que sofreram reprimendas do Judiciário no decorrer do governo, os que feriam o Estado laico não ocuparam um lugar central ou de grande relevância. Nenhum recurso foi impetrado com o objetivo de resguardar a laicidade do Estado. O silêncio que predominou faz pensar, ou na reverência tácita ao poder de Deus (como um tabu religioso que não deve ser tocado) ou no medo de confrontar-se com os grupos religiosos e suas igrejas (como base política popular que não deve ser enfrentada). Deus tem reinado na Terra de Santa Cruz com o apoio de religiosos e de liberais, de militares e de banqueiros, de fundamentalistas e de agnósticos.

Os significados desse fenômeno em curso ainda deverão ser examinados nos próximos anos pelos estudiosos. Não passaria de um resgate de posturas do passado, ainda vivas na alma nacional? O governante atual seria uma construção das elites para representar seus interesses perante o mercado mundial? Ou seria uma simples soma de variáveis de forças políticas que em um determinado contexto possibilitou a composição de um governo? Ou, ainda, um expediente regular da alma humana acuada pelo medo que busca salvação em um líder salvador de tipo carismático? Talvez um pouco de tudo isso. As reflexões que seguem não têm pretensões de oferecer respostas precisas para essas interrogações e, na verdade, o frescor dos fatos impediria de construir essa objetividade. Elas oferecem aproximações que sugerem perspectivas analíticas que desvelem o que o senso comum e as igrejas encaram com certa naturalidade e destacam aspectos a serem levados a sério a partir da categoria *neoteocracia*.

Essas aproximações permitem idas e vindas entre fatos e conceitos, visam elucidar alguns significados do que tem acontecido com o Brasil em pleno século XXI em sintonia com outros governos espalhados pelo mundo. Entre o passado e o presente, entre a civilização e a barbárie, nossa história tem conhecido dias inéditos em sua política. Um quadro apocalíptico se manifesta entre frases bíblicas e políticas públicas. Um Messias nos foi dado! Um reino doado por Deus quer continuar

governando a Terra de Santa Cruz por tempo indefinido, talvez por meio da dinastia familiar que se encontra alojada no centro da inteligência do governo comandando seu gabinete paralelo. Uma mistura de dominação tradicional-familiar e carismática, diria Max Weber? Um quadro de uso ideológico da religião por parte dos poderes econômicos, repetiria os marxianos? Uma cena de retorno ao inconsciente liberando suas forças violentas, sugeriria Freud? Não restam dúvidas de que devem ser evitadas definições de tipo puro para esse governo, assim como para seus análogos de outros pontos do planeta. Longe disso, todos se apresentam como misturas desarranjadas entre o antigo e o novo, entre arquétipos míticos e racionalidades administrativas, entre barbárie e civilização, entre poder de Deus e “poder do povo”. Nesse sentido, é que será adotado o termo *neoteocracia* como designação dessas expressões atuais de exercício do poder a partir de fundamentos religiosos. São novas formas de acomodar a velha percepção de Deus todo-poderoso, agora encarnado em estratégias que agregam em sua base de apoio as diversidades modernas, as narrativas híbridas que combinam distintas tradições religiosas em uma massa mais líquida do que sólida. As tipologias utilizadas por David Priestland (2014) para reinterpretar a história do poder, o guerreiro, o sábio-sacerdote e o comerciante, parecem fundir-se ou confundir-se nesses novos modos de praticar o poder de Deus na história atual. As castas distintas se agregam em torno de um poder forte que conta, ao mesmo tempo, com Deus, o dinheiro e o exército. A Bíblia e o tanque de guerra são exibidos como símbolos de força que tem escondido com relativa tranquilidade os interesses do mercado mundial que apostou em um projeto de governo ultraliberal, embora exasperado por um suposto nacionalismo.

O antiglobalismo político bradado pelos líderes de ultradireita expressa o ápice da contradição insolúvel entre a democracia e o capital liberal (neoliberal ou ultraliberal), na medida em que assume o soberanismo nacional como estratégia local de concretização da ordem financeira mundial. Cada nação se eleva como unidade interessada em usufruir com o máximo desempenho daquilo que pode oferecer o capital globalizado. A luta soberanista hoje em alta em vários países significa

a busca de hegemonia econômico-financeira, a captação do desejo nacional para apropriar-se da maior fatia do capital global. No caso do Brasil, o paradoxo torna-se ainda mais cínico por se tratar de um governo que entrega as riquezas da nação e a administração dos bens locais a empresas regidas pelo capital mundializado. A casta do capital internacional conta com as castas guerreira e sacerdotal para executar seus propósitos. Mais uma vez, nos trilhos do velho colonialismo, repete-se a máxima: para a nossa nação basta uma parcela que cai da mesa dos senhores. É a servidão voluntária das elites econômica e política vestida de antiglobalismo e simulada como libertação moral da nação decadente.

Nessa velha pauta, o poder de Deus é afirmado como justificativa capaz de agregar de novo a nação em torno de um sentimento nacional perdido e de uma salvação da economia em crise. Afinal, o capital que sempre se alimenta das crises, alimenta-se também dos sacrifícios oferecidos às divindades na busca do paraíso prometido, eternamente prometido. Nessa perspectiva, as novas teocracias não retomam uma percepção antiga culturalmente superada, mas brotam de dentro da própria lógica do capital que exige poderes transcendentais para concretizar seus projetos. As posturas teocráticas renascem. As democracias morrem. O mercado mundial impera. As elites e os pobres entram em acordo na busca de salvação que vem do alto para garantir os interesses dos primeiros e as necessidades dos últimos. Deus está no comando, acima de todos. A pátria cristã dará os rumos de recuperação da nação decadente. Os inimigos serão vencidos na batalha que se encontra em curso e já mostra sua vitória na própria presença do líder eleito.

As teocracias são construções políticas que realizam o que prometem os grupos milenaristas. A concretização certa, segura e duradoura do Reino de Deus na terra antecipa todas as promessas de soluções das contradições e precariedades históricas que os movimentos políticos milenaristas anunciam como projeto e com data futura marcada. No imaginário cristão, plasmado na consciência temporal judaica, de uma história que caminha para a frente na busca de etapas superiores e de soluções definitivas para os males, a realização do Reino de Deus anunciado por Jesus de Nazaré significa o fim da história que já se realiza.

As teocracias cristãs que acompanham a formação do Ocidente se inscrevem nessa moldura messiânica que gradativamente foi superada por outro “messianismo”, agora secularizado: o da democracia. Também esse regime se apresenta em certo sentido como síntese final e como único capaz de conduzir a humanidade ao equilíbrio perfeito entre a igualdade e a liberdade. Nesse sentido, a alternância entre democracia e teocracias, bem conhecida nos tempos modernos, indica a reivindicação do final da história mais coerente e eficiente cada qual, nos momentos em que as crises são encaradas (e evidentemente construídas) como ponto crítico que exige saídas urgentes e definitivas.

Entretanto, as teocracias criam zonas de conforto mais seguras do que as democracias, na medida em que anunciam um reino de soluções advindas pela força da palavra de um líder escolhido por Deus e dispensam o jogo tenso e, na verdade, sem fim da democracia como processo histórico conduzido pelos sujeitos históricos distintos e, até mesmo, antagonicos. Perante as incertezas da dinâmica democrática, o poder chancelado por Deus e conduzido pela presença forte do líder, seu eleito, goza de maior credibilidade junto às massas, pois já oferece a solução pronta que o jogo democrático teria que construir laboriosamente nas incertezas da história. Entre a escuridão e lentidão da democracia, sempre sujeita a erros, e a *certitudo salutis* das teocracias, essa última pode ser vantajosa para aqueles que aspiram a uma solução paternal/maternal para os problemas urgentes, problemas localizados na região da alma concupiscente que clamam soluções de alguma alma irascível destemida ou de uma mãe saciadora que oferece proteção. Freud ou Platão? As teocracias encarnam as soluções que a alma humana fragilizada busca na soma desorganizada dos filhos aflitos que querem pão e proteção. E, de todas as inseguranças que clamam por proteção do soberano todopoderoso, a relacionada ao futuro é, por certo, a mais desestruturadora, a que provoca o medo das classes saciadas de perder seus privilégios. Por essa razão, as classes médias costumam abraçar os poderes absolutos como antecipação de soluções para seus interesses. Elas negociam com todos os poderes salvíficos, ainda que na forma mais ditatorial. Se os pobres se achegam aos governos poderosos como solução imediata, a

classe média (SOUZA, 2018) aposta na antecipação e vende sua alma ansiosa por segurança ao primeiro caudilho ou ao primeiro Messias.

A zona de conforto oferecida pelas teocracias leva vantagem perante os filhos da nação insegura. Deus emerge como o marco divisor e seguro que separa os inimigos ameaçadores dos filhos autênticos da nação; representa ao mesmo tempo a bondade e a força que salvam da grande ruína, em uma espécie de juízo final antecipado que tem como juiz o líder com suas narrativas e sentenças. Escatologia realizada, Reino de Deus na terra. Assim nasceu a primeira teocracia cristã com Constantino (desde 313) e, a partir desse germe primordial sempre resgatado, todas as outras que a sucederam com seus arranjos próprios: do sacro-império romano ao cristofascismo do Terceiro Reich, do tropismo ao bolsonarismo. O poder de Deus é sempre solução para as consciências crentes, porém pode ser solução até mesmo para os integrantes céticos e liberais da massa ávida de soluções que de repente abraçam a salvação divina oferecida pelo líder ou, ainda, por membros de uma elite autoritária que acolhem estrategicamente os fundamentos religiosos inerentes aos ímpetus do líder. A insegurança e o medo criam as massas ávidas de solução para suas expectativas. A sequência *medo-massa-salvação* constrói as neoteocracias. A dissolução iminente não pode contar com saídas oferecidas pelo poder rotinizado, no caso, pelo aparelho regular do Estado, nem mesmo pelas regras do jogo democrático. Só um messias político pode oferecer saídas seguras. Os mitos se encarnam em personagens e promessas.

A profissão de fé no líder é a atitude fundamental das massas teocratizadas de ontem e de hoje. É pela fé em sua pessoa que realiza sempre o que promete, em quem a palavra e a ação se identificam sem necessidade de verificação lógica ou empírica, que os seguidores fazem política. Essa atitude é princípio e método que norteiam as ações de apoio ao que diz-faz o líder. E a fé no poder absoluto de Deus jamais foi abandonada por crentes professos e por cidadãos que a consideram razoável, mesmo sem práticas religiosas regulares e militantes. Dessa postura guardada na alma e nos valores nacionais, subscrita em símbolos religiosos do Estado laico, preservada pelo mesmo em nome das liberdades religiosas

e alimentada com toda a sua força simbólica pelas confissões religiosas, as teocracias se recolhem ou se expandem para além das intimidades religiosas. No governo bolsonarista extravasou para a esfera pública como fonte direcionadora das ações governamentais. Assim como em outros governos de ultradireita, o que se instaurou por aqui tem revelado que a postura teocrática não constitui obrigatoriamente o antídoto político da democracia – como acreditou o Ocidente moderno –, mas sim um pressuposto necessário e legítimo das instituições do Estado democrático e laico. Governar em nome de Deus é uma missão legítima, natural e urgente em uma pátria cristã e, de modo particular, em um Estado em crise. Estranhos são os que negam essa necessidade política salvadora. Somente os antipatriotas, os comunistas, os corruptos e os ateus negam essa estratégia de governo. Eis o credo fundante das neoteocracias ensaiadas em governos do Norte e do Sul.

Por essa trilha o Estado laico, com todos os seus aparatos, é assumido como mediação disponível para a execução de um plano divino conduzido por um grupo de eleitos de forma remota ou direta. Espírito religioso em corpo laico, governo teocrático no Estado democrático? É verdade que a dinâmica democrática é sempre um desconforto para os teocratas. Contudo, enquanto não traduzem a teocracia em golpe autoritário, atuam inevitavelmente por dentro das estruturas estatais erigidas no espírito e na lei da democracia. Se é verdade que “o uso do cachimbo entorta a boca”, as consequências estruturais desse espírito teocrático se mostrarão mais cedo ou mais tarde. Quem viver verá. Nesse sentido, vale ressaltar que as reflexões aqui expostas têm como foco expor as lógicas e dinâmicas das neoteocracias e não avaliar suas efetividades e eficácias como governo instalado em plena época moderna e por dentro das estruturas laicas.

Nesse contexto específico e no contexto histórico mais amplo dos regimes e teologias teocráticas construídos no que se pode entender por Ocidente (NEMO, 2005) é que as reflexões ora expostas estão enquadradas. Não deixa de ser instigante e tentador que nesse momento histórico ao menos um olho se voltasse para o Oriente, quando o Talibã retoma o poder no Afeganistão e entra em conflito com o Estado

islâmico. As ideias e as práticas teocráticas de matriz islâmica têm suas características próprias. Colocá-las em cena, ainda que em exercícios de analogia com as teocracias ocidentais, significaria uma abertura de foco fora do alcance momentâneo do autor, com seu objeto mais imediato e com os instrumentais analíticos. A longa temporalidade na qual dispõe a questão da teocracia na história ocidental, assim como a dialética entre secularização e sacralização do poder nesse mesmo percurso oferecem conteúdos suficientemente diversificados e complexos para se pensar, antes de tudo, o cenário nacional com suas idiossincrasias políticas. No final das contas, Deus é brasileiro e por aqui tem sido esbanjado como grande dono da nação espoliada pelos comunistas. Esse dono cósmico na Terra de Santa Cruz assume agora o senhorio político da nação; é conclamado como grande general dos eleitos investidos de poder para extirpar dessa terra, desde sempre sagrada, os opositores da fé e inimigos da nação.

As teocracias de ontem e as expressões contemporâneas operam com uma teologia política que oscila entre o implícito – a dimensão teológica subjacente nos discursos políticos – e o explícito, as formulações que explicam o fundamento transcendente, absoluto e normativo do poder. Se, nos regimes teocráticos do passado, o implícito nada mais era que uma interiorização ou uma naturalização da teologia explícita, nas expressões contemporâneas, o trânsito entre as esferas se mostra de modo confuso: ora como explicitação de uma cosmovisão religiosa implícita na percepção política do líder e de seus apoiadores (politização do poder de Deus), ora como busca de fundamento para as ações dos governos e de determinadas políticas públicas (teologização do poder político). As teocracias atuais estão muito distantes de serem compostas e, ao mesmo tempo, de comporem um sistema teológico puro e orgânico como no passado. Muito ao contrário, operam com processos de hibridação religiosa que se mostram no paralelismo e no ecletismo de diferentes matrizes confessionais, sem pretensões ou condições de compor qualquer síntese, a não ser aquela do poder de Deus assumido como fonte do poder político. Por essa razão, as teologias políticas explícitas dos poderes de ultradireita atuais se mostram sempre

em fragmentos desordenados, embora visíveis e apelativos: versículos bíblicos repetidos à maneira fundamentalista, gestos rituais praticados perante plateias religiosas, exposição pública da Bíblia, afirmações políticas de fundo religioso, classificações sumárias sobre os inimigos do poder etc. Não parece possível encontrar um sistema teológico ou uma metafísica religiosa ordenada nem na forma nem no fundo de tudo isso, mas apenas um agregado de doutrinas que brotam das alianças que apoiam os referidos governos. Mas resta sempre a pergunta pela teologia implícita nas políticas públicas desses governos: as raízes teológicas do soberanismo, da intolerância (homofobia, xenofobia, aporofobia etc.), do autoritarismo, das narrativas de ódio, do armamento da população, do negacionismo. A hipótese de um “sistema de crenças” subjacente a essas posturas parece ser plausível: poderes nacionalistas e autoritários operam com dogmas de origem transcendente. Esse território transcendente é feito de elementos teológicos implícitos e explícitos sustentados por vínculos com grupos religiosos.

As neoteocracias se assentariam em crenças que se ajustam no âmbito da sociedade moderna e da instituição política moderna, sem uma teoria coerente e uma práxis uníssona decorrente. Não significam, portanto, uma acomodação pacífica, harmônica e sistêmica, mas o desenho de um sistema de crenças eclético, fruto de alianças políticas circunstanciais com distintos grupos confessionais e não confessionais. Essas crenças carregam a condição moderna da pluralidade cultural e religiosa e se aliam de modo estratégico (ocultando as diferenças e as divergências em nome de interesses comuns mais fundamentais), mas também por afinidades eletivas (WEBER, 1996, p. 64) que somam ativamente percepções políticas (poder autoritário) e percepções religiosas (poder divino imediato) que compõem a visão dos distintos grupos. O acordo de fundo ocorre em torno de um poder transcendente (de Deus e do líder), anterior e superior à ordem precária a ser restaurada.

As análises que seguem circulam entre os fragmentos visíveis nas posturas e nos discursos do governo atual em conexão com seus pares de outras partes do planeta e as referências teóricas e históricas dos regimes e das ideias teocráticas. As temáticas oferecem distintas aproximações

conceituais que permitem perceber rupturas e continuidades entre os modelos do passado e os do presente, construir analogias entre eles e fazer discernimentos políticos e éticos. As reflexões visam examinar as dinâmicas da teologia do poder (teocracia) implícitas e explícitas no governo atual e, por extensão, em seus pares de hoje e antecedentes de ontem.

Cada capítulo aproxima-se e distancia-se desse contexto imediato em busca de elementos que ajudem a compreender o que se passa na política atual: a fé no poder de Deus, a presença do líder redentor na história, o mito da pátria agregadora, a promessa de salvação, a verdade infalível, os modelos de governo teocrático, a consciência fanática, são questões que atravessam o conjunto da reflexão e que merecem igualmente atenção em tópicos específicos. Os textos foram construídos em um processo gradual; possuem focos distintos, mas se interligam nas questões que vão sendo retomadas durante as reflexões. Poder de Deus, mito, messias, salvação, autoritarismo, violência, pátria, teologia política, líder de tipo carismático, pentecostalismo, são categorias que perpassam as reflexões e vão sendo repetidas e aprofundadas a cada título desenvolvido nos capítulos. O eixo comum centrado na hipótese de uma neoteocracia hoje visível e atuante nos governos de ultradireita sustenta as abordagens nas partes e no todo.

As análises tomam essa postura somente como objeto, ou seja, tem a teologia do poder como objeto e não como perspectiva. Em outros termos, segue os trilhos da ciência da religião e não da teologia, ao menos de modo intencional e metodologicamente regrado. Contudo, esse lugar teórico não é ética e teologicamente neutro. Muito ao contrário, adota como pressuposto uma filosofia-teologia política que nega a legitimidade do uso da religião como fundamento do poder. Embora esse pressuposto não seja exposto e aprofundado, ele sustenta a reflexão como ponto de partida e como fio de prumo dos posicionamentos e das críticas do autor no decorrer dos temas trabalhados. Nesse território epistemológico, a reflexão se esforça por ser objetiva e crítica, sem entrar no mérito teológico do poder de Deus, postura própria da teologia. A crítica teológica do poder de Deus encarnado politicamente foi evitada,

não obstante ser tentadora e, por certo, portadora da munição mais demolidora que pode demitizar o próprio fundamento religioso do poder.

As reflexões que seguem surgiram em um contexto que merece ser mencionado. Obviamente nasceram, antes de tudo, do espanto perante o que se desenhou a nossa frente desde a eleição do governo atual. Desse espanto vieram os esforços de compreensão que foram sendo feitos no âmbito do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciência da Religião da PUC-SP. Eles padecem dos limites de todas as análises contextualizadas, sabendo das mudanças inevitáveis das conjunturas que, não somente recompõem as forças ao sabor dos interesses presentes, como também revelam mecanismos subjacentes aos poderes que anteriormente eram desconsiderados.

O fato é que, por mais original que um governo religioso possa parecer, como é o caso do Brasil atual, ele se insere em dinamismos mais amplos e profundos, sejam os da alma humana temerosa que clama pelo colo da pátria e pelo poder paterno do líder mítico, sejam os de uma conjuntura mundial que persiste em longa crise e que provoca tentativas de saídas que retrocedem a modelos supostamente seguros do passado. As teocracias atuais oferecem a fundamentação para as tiranias do medo e do capital mundializado.

A desmodernização, ao contrário, faz nascer utopias retrospectivas. Ela faz imaginar uma volta a uma ordem global baseada em crenças religiosas ou instituições políticas e suscetível de pôr um fim à fragmentação da experiência vivida (Alain Touraine).



Capítulo 1

O retorno do poder de Deus

O retorno político do poder de Deus faz parte de um ciclo de retornos de uma concepção de poder na longa temporalidade da história ocidental, senão da história humana. Deus ainda não foi desbancado como origem dos poderes, mesmo que, desde a chegada do Estado laico, tenha permanecido na retaguarda religiosa e cultural como origem primeira de todos os poderes, quando não como origem imediata das forças da natureza. No subsolo da cultura, nos bastidores dos poderes políticos e no comando das comunidades confessionais, o poder de Deus subsiste como causa e como força disponível a todos os que dele necessitarem e a ele recorrerem. A história e o funcionamento do poder laico acomodaram Deus e seu poder em territórios permitidos, embora governantes dos mais devotos ao mais laicos tenham mantido a virtude/vício de visitá-lo quando julgavam necessário. E o próprio Estado laico não o dispensou por completo de seus símbolos mais fundamentais: dos juramentos, dos tribunais, das cédulas monetárias e, em muitos casos, até das Cartas Magnas. É verdade que são fragmentos do poder divino que regularmente não encampam o conjunto do aparelho laico em suas regras e funcionamentos. Contudo, constituíram expressões de uma consciência religiosa mais consistente e completa, subjacente e ativa na cultura ocidental, na verdade, mais adequadamente, uma

espécie de inconsciente político sempre controlado pelo superego laico do Estado.

Esse inconsciente tem liberado suas energias e seus arquétipos no decorrer da história, quando o medo é cultivado e extravasado como sentimento comum que clama pelo retorno da dependência à ordem divina, estado paradisíaco que regride para a fase anterior à desobediência da liberdade que constrói a história como drama permanente. Os poderes políticos redentores são, de fato, uma espécie de saudade do paraíso, agora projetado como futuro imediato a ser realizado.

Por certo, as imagens míticas presentes nas encarnações históricas do poder de Deus são variadas e elucidativas da alma humana ávida de salvação. Mas o fato é que hoje as novas expressões teocráticas estão cada vez mais naturalizadas na rotina política nacional e mundial e, na maioria das vezes, passam despercebidas como um detalhe inofensivo ou, o pior, como narrativas legítimas. É, de fato, curioso ou lamentável que não seja necessário demonstrar que hoje em dia muitos governos se apresentem como mandatários de projetos executados em nome de Deus. Esse dado já se tornou rotina e as mídias o exibem sem os costumeiros tons espetaculares e sem maiores indignações republicanas. O povo brasileiro parece ter recebido as imagens e os discursos de conteúdos teocráticos explícitos da parte do governo com naturalidade e, até mesmo, como virtude política do mandatário maior e de seu alto escalão. E, para completar a coerência da cena teocrática, o presidente é denominado explicitamente *mito*. O governo em nome de Deus necessita, sem dúvidas, de mito e não de governante eleito pelas vias regulares do jogo democrático; necessita de promessa salvadora e não de projeto de governo. Em doses diárias que vão tornando-se cada vez mais naturais, o exercício teocrático do poder se mostra em gestos, em discursos e em decisões do presidente e de seu corpo de especialistas religiosos. Não é somente no Brasil que a cena se mostra explícita. Também em outros quadrantes do planeta, até mesmo em berços consagrados da democracia e do Estado laico, tem feito cena. O poder de Deus tem sido evocado e encarnado em governos atuais como volta às fontes mais vigorosas, superiores (e evidentemente anteriores) às democracias

que se encontrariam em uma suposta crise, sem oferecer saídas por suas regras regulares. Estratégia antiga, da idade de todas as ditaduras que se implantaram no Ocidente, sobretudo no Sul do planeta: a religião foi regularmente adotada como fundamento do poder autoritário e as igrejas, majoritariamente a Católica, foram buscadas como bases de apoio para a salvação da “pátria amada” e da nação cristã das garras de um inimigo destrutivo já instalado dentro de casa. As ditaduras latino-americanas da segunda metade do século passado repetiram unanimemente essa pauta.

Se hoje a presença da religião nos governos causa algum espanto ou constrangimento, esses sentimentos não ultrapassam a esfera de uma pequena elite intelectual, nem mesmo em uma mídia liberal de plantão, como no caso da Rede Globo, tem ocupado um espaço de destaque digno de nota. Deus já fora adotado como lema de campanha do líder atual, sem causar espanto ou indignação, talvez por tolerância das elites que nele apostaram naquele momento, ou, de outra parte, pela base de apoio de lideranças religiosas que se afinavam ao lema com seus reverendos emergentes na esfera política.

O quadro teocrático do governo atual é tão antigo quanto novo, como será visto nas demais reflexões. Por ora, serão apresentadas algumas questões introdutórias ancoradas no contexto político nacional.

1. DE VOLTA O PODER DE DEUS

O estado moderno, representante e protagonista, filho e pai da modernidade secular, vigorou como valor, regra e prática desde o epicentro do Ocidente, maximizado e sacramentado com as revoluções francesa e americana. As nações que se libertavam das teocracias nessa parte do planeta adotaram o Estado laico como modelo político e, evidentemente, sua filosofia subjacente: secular, laica e em conexão direta com as ciências. Não parece ter interessado a esse sistema político – como práxis e pensamento – considerar qualquer sobrevivência de uma cultura teocrática que pudesse subsistir na alma popular e, menos ainda, qualquer possibilidade de emergência dessa cosmovisão em termos políticos reais.

A superação segura de uma perspectiva teológica política de fundo teocrático por uma filosofia política antropocêntrica demarcou as mentalidades modernas de modo estruturante e indelével. Por conseguinte, a segurança da laicidade consolidada nas estruturas laicas do Estado deu e dá o clima e as condições para o exercício da política nos três poderes, para os processos legais de renovação dos mesmos e para o exercício das funções em benefício de cada cidadão e do bem comum.

Não obstante as recaídas teocráticas que podem ser observadas no decorrer da história, assim como as teologias políticas disfarçadas ou hospedadas dentro das instituições laicas, o regime e as ideologias teocráticas foram, de fato, lançados para tempos e espaços distantes e considerados cada vez mais fora de moda nos tempos modernos. Fariam parte de uma era superada e sem possibilidade de retorno. Os fatos mais recentes da política mundial têm colocado em questão essa convicção segura e esse ideal político, de modo emblemático no caso do Brasil. Se o regime teocrático está superado, suas bases teológicas persistem e buscam modos de se viabilizar politicamente por dentro das estruturas laicas do Estado.

Uma frente político-religiosa se espalha e se configura mundo afora com suas idiossincrasias locais, porém pautada por posturas regulares de retomada de uma identidade perdida, identidade cristã do Ocidente e de enfrentamentos a tudo o que a ameaça. Nos Estados Unidos, o presidente Trump não é tão original quanto possa parecer. A visão de que os Estados Unidos concretizam politicamente o povo escolhido por Deus para ser o seu juiz sobre o mundo e defender o Ocidente de um inimigo iminente, com nomes variados (antigamente os comunistas, hoje os islâmicos), persiste como convicção na alma política norte-americana e, sobretudo, no partido republicano. Na Europa secularizada, defensora da pluralidade de manifestações e berço dos direitos humanos, regurgitos teocráticos soam mais inéditos, embora conquistem efetivamente espaços sociais e planejem postos de poder, caso de Matteo Salvini na Itália, de Orbán na Hungria, de Kaczynski na Polônia. Essas extravagâncias políticas se apresentam em todos os casos como solução urgente para uma grande crise mundial que anuncia o caos iminente, a

crise da economia e, por conseguinte, da democracia liberal corrompida pela lógica mercadológica e rendida ao mercado financeiro mundial (CASTELLS, 2018).

O fato atual: o Estado laico não é mais o mesmo, em uma democracia que não é mais a mesma em uma economia que não é mais a mesma. De outro lado, os pentecostalismos não são mais os mesmos, assim como os católicos e outras religiões ajustadas que estão às dinâmicas mundiais do poder econômico-financeiro e da cultura do consumo. Na verdade, se os católicos vêm de uma longa tradição acostumada com os regimes teocráticos e eivada de teologias políticas, os pentecostais, diferentemente, ainda ensaiam a adoção dessa postura de um modo mais fragmentado, mas não menos autoritário. O governo brasileiro atual tem sido o grande laboratório onde ensaiam suas teologias políticas de cunho fundamentalista, bem como praticam suas alianças. Para além de todas as antipatias laicas ao fenômeno, há que se reconhecer que escrevem um capítulo novo das expressões teocráticas nos tempos modernos. E não se trata apenas de ensaiarem uma teologia do poder político, o que se constata em diferentes modelos nos grupos estadunidenses, mas de terem chegado ao poder com uma frente significativa de pastores ocupantes de Ministérios.

A volta aos fundamentos mais antigos do poder e da ordem social e política adquire força simbólica para garantir o rumo da história e superar uma crise de fisionomia catastrófica que ameaça o mundo e, de modo particular, o Ocidente, mas, de modo caricatural, o Brasil. Deus acima de todos! Dentre outras estratégias de salvação das nações descristianizadas, a visão teocrática emerge como saída. A crise que estaria assolando o país exigiria no comando um agente inédito forte o suficiente – por si mesmo e em si mesmo – para restaurar a ordem em crise e superar o caos. Deus salvará a nação e não as regras instituídas do Estado moderno laico. Deus é apresentado como a arma mais eficaz para libertar o Estado em crise de todos os males.

A conjuntura do governo atual exhibe uma visão explícita de teocracia, ou seja, de exercício do poder em nome de Deus. As narrativas de percepção teocrática são exibidas diariamente. Mas, do ponto

de vista operacional, concretiza-se por meio de algumas igrejas que ali compõem o primeiro e os demais escalões e que atuam como força política remota da base governamental. Uma teologia do poder religioso está viva como percepção, como propósito de gestão e como política pública da saúde, da segurança, da educação e, até bem pouco, das relações exteriores. O Estado laico se depara diariamente com esse desconforto e parece encolher-se em sua identidade e em seus mecanismos legais de resistência. A visão do poder político com sua referência direta a Deus se mostra nos discursos do presidente e de seus ministros reverendos, em atos públicos de flertes religiosos com igrejas, sobretudo com aquelas de matriz pentecostal. E, quando os ministérios reservados à cota de Olavo de Carvalho (ROCHA, 2021) foram ocupados por católicos tradicionalistas, eles comungaram da mesma teologia política hegemônica de matriz pentecostal sem qualquer divergência. Vale lembrar que a comentada consagração do Brasil ao Coração de Maria não trouxe qualquer abalo ideológico aos apoiadores pentecostais. O presidente ora com os pastores pentecostais e recita a Consagração a Nossa Senhora em Aparecida. A pentecostal Damaris Alves tem como secretária da família de seu ministério a católica tradicionalista da *Opus Dei* Ângela Gandra. A causa maior de um poder exercido em nome de Deus esconde as distintas confissões antiecumênicas que compõem o governo como fundamento de um enfrentamento da crise provocada pela esquerda no Estado e na nação brasileira. Deus acima de todos! Inclusive das distintas tradições cristãs que jamais se entenderam em questões marianas. Os dogmas mais íntimos das confissões se rendem às oportunidades de um propósito (e não propriamente um projeto) de poder capaz de agregar os interesses comuns de velhas elites nacionais e de massas religiosamente conduzidas.

De fato, “projetos” de natureza religiosa são anunciados como legítimos e necessários: necessidade de um ministro terrivelmente evangélico para o Supremo, a afirmação de que as igrejas vão dominar a nação e que os cultos de cura vão ajudar na saúde pública, convênios da Capes com Escola Evangélica norte-americana dedicada à formação de pastores, o presidente convidando a nação para um jejum (enfrentamento

da crise da pandemia do coronavírus), defesa da abertura dos templos religiosos durante a pandemia etc. São algumas medidas e afirmações que já se naturalizam como discurso público. Vários ministérios se apresentam como uma espécie de gestão religiosa do Estado: trata-se de um governo em nome de Deus, com sujeitos que pensam a coisa pública do ponto de vista religioso e com poderes de gestão distribuídos entre igrejas. Os fatos já fazem parte da rotina diária e dispensam apresentar documentações (FONSECA, 2019, p. 5-10).

A teologia do poder hoje em pleno funcionamento no governo já não causa desconforto nas mentalidades das elites financeiras e políticas secularizadas que apoiam o governo. Uma causa maior, o Estado laico sustenta esses apoiadores que aceitam o sacrifício da laicidade no altar do capital financeiro. E, da parte de uma parcela expressiva da população, parece tratar-se de um fundamento natural do poder. Como negar que Deus deva estar sempre no comando da nação, do governo e, no fundo, do próprio Estado? Na teologia do poder de Deus, hegemônica nas confissões religiosas e, em boa medida, na cultura, não há lugar para dúvidas, sob pena de incredulidade e de apostasia. Ninguém duvida de que Deus esteja no comando de tudo. O *Deus obsconditus* dos subterrâneos da coisa pública vem revelando-se nos espaços de comando da mesma, desde que chegou ao parlamento e ensaiou uma aliança eficaz nas frentes BBB. Nessas já se encontravam a Bíblia (acima da Constituição), o agronegócio (contra os ecológicos) e o fuzil (sem o feijão).

2. PODERES PARALELOS

Governar em nome de Deus parecia até bem pouco uma melodia do passado ou uma escala melódica oriental estranha aos ouvidos ocidentais. Embora o poder de Deus nunca tenha sido desacreditado da imensa maioria dos cidadãos nos tempos modernos, ele permanecia controlado pelas forças políticas laicas e pelas perspectivas científicas metodologicamente agnósticas. A relação de causa-efeito entre Deus e natureza tem acompanhado as tradições religiosas como dogma fundamental e as sociedades ocidentais como um dogma subjacente, isento

das demitizações, sendo jamais questionado teologicamente. Os governos democráticos foram criando formas de lidar com o poder de Deus sem ligações diretas: sem mandatários e mandatos eleitos, sem referências confessionais e sem alianças com castas sacerdotais. Os territórios do mandato divino ficaram relativamente restritos às intimidades religiosas e confessionais, apesar de deixar seus rastros nas coisas públicas e eclodir de tempos em tempos em determinados governos.

A consciência religiosa se alimenta do poder de Deus, a ele recorre primeiramente por meio das súplicas e a ele se achega por meio de louvores como fonte inesgotável de todas as graças. A negação de um Deus todo-poderoso, ou seja, de um ator absoluto que atua como causa direta na natureza e na história, constitui a maior de todas as heresias para os crentes de um modo geral, mas também para as ortodoxias que controlam as instituições religiosas. Deus é poder inequívoco; mais que isso, é o único poder verdadeiro, sendo todos os demais poderes nada mais que exercícios transitórios de reles mortais. A consciência religiosa do mais ao menos praticante adota esse pressuposto e não encontrou formas de adequá-lo aos tempos modernos: da ciência que imanentizou a relação causa-efeito no âmbito das leis da natureza, da política que fez o mesmo com o poder, nada mais que exercício de causa-efeito de decisões de sujeitos históricos. As sociedades ocidentais, embora estruturadas cada vez mais, a partir de gramáticas laicas, parecem ter caminhado sobre um frágil paralelismo entre poder de Deus e poder secular capitaneado pela ciência e pela política. Esse paralelismo separou as esferas da coisa religiosa da coisa pública secular, o que configurou dois mundos sem acordos e, muitas vezes, em competição. Nenhuma sociedade ocidental moderna superou definitivamente a dicotomia entre o templo e a praça, entre a Bíblia e as Constituições, entre as ciências e os rituais. Os crentes exerceram essa dupla cidadania, dando, contudo, a supremacia hermenêutica ao poder de Deus na plena supremacia prática do espírito e das instituições modernos. O fato é que o poder de Deus irrompe com regularidade, sem licenças e sem articulações elaboradas acima ou no meio das leis da natureza. O milagre não somente acompanha as consciências religiosas como recurso necessário e disponível, como horizonte

utópico de todas as contingências e como oferta ritual acessível aos que creem fielmente, mas também como alternativa postada no limite da racionalidade científica. Onde a ciência termina começa a atuação própria da religião. Em outros termos, o poder de Deus supera todos os limites, inclusive os das ciências. Deus é a solução do que não tem solução, a explicação do que não tem explicação. Nesse lugar, ao mesmo tempo próximo e distante, o poder de Deus é evocado e pode entrar em ação como onipotente e mostrar os limites dos poderes das ciências de um modo geral.

E não parece ter sido diferente com o poder político. Deus permaneceu como a causa/fundamento de todos os poderes exercidos pelos humanos, recurso disponível que pode irromper quando os limites das grandes crises se impõem e solicitam soluções urgentes e definitivas. Tanto quanto nas ciências, em tempos de normalidade funcionam as invenções humanas com suas soluções, em tempos de crise, quando elas mostram seus limites, o poder de Deus entra em ação. Para além do poder laico, o poder divino subjaz como fonte primeira de onde tudo decorre e que pode irromper na história com toda a sua força por meio de eleitos escolhidos para tal missão.

3. CONFLUÊNCIAS HISTÓRICAS

As confluências dos poderes divino e humano na esfera da natureza e dos cotidianos religiosos têm, como últimos intérpretes ou responsáveis, cada indivíduo e cada confissão religiosa. Cada qual administra a força divina que invade a vida como solicitação que parece operar de duas maneiras: como causa regular que não dispensa as causas naturais, mas, ao contrário, supõem-nas como meio de sua própria realização e como poder de exceção que suspende toda lógica de causa e efeito naturais e se apresenta como causa suprema que dispensa ou suprime todas as demais. O poder divino de exceção não contradiz seu poder de rotina, mas, ao contrário, o confirma e ratifica, embora se oculte em sua onipotência na intimidade divina. Na perspectiva weberiana, a distinção entre religiões místicas e ascéticas (WEBER, 1982, p. 373-375)

mapeia esses dois exercícios de poder divino, sendo que no tipo asceta só restaria ao fiel esperar em Deus e agir, tendo em vista sua inacessibilidade e seu desígnio supremo já ter traçado para cada fiel o seu destino. Na tradição da predestinação, resta aos homens trabalhar para Deus e em nome de Deus, sem manipular seu poder em benefício próprio. Nas mãos da providência implacável, restaria a cada qual conformar-se, agir e, no interior mais íntimo da fé, esperar por sua salvação final. Cá na história as coisas seguem seu curso como foi planejado, sem qualquer solução mágica, embora o milagre possa ser feito por Deus. No comportamento mágico, Deus se encontra na relação direta com os seres humanos e pode entrar em ação como poder que age e interfere. As ações rituais, as súplicas e as promessas têm a força de convencimento perante Deus e seu poder e podem introduzir sua ação no mundo dos mortais.

O problema para ambas as posturas será sempre o da confluência do poder de Deus com os poderes humanos executados na história. Quando e onde eles se encontram? As confluências naturais ficam a cargo das individualidades religiosas e das confessionalidades mais ou menos crentes, mais ou menos aptas a obter os favores divinos. Cada qual se encarrega de narrar a condição de privilegiado ou de miraculado ou, no caso das agremiações religiosas, de demonstrar maior capacidade de abrir espaço para a descida do divino, ou de convencê-lo ritualmente a entrar em ação. De sua parte, a natureza continua com seu ritmo e os crentes com suas convicções, sem terem que prestar contas da veracidade de suas convicções e de seus benefícios, amparados que são pela liberdade religiosa. Nesse sentido, o Estado laico não somente permitiu, mas também possibilitou o exercício diversificado do poder divino na esfera das vidas privadas e confessionais. O poder de Deus pode, evidentemente, entrar em ação sem restrições, mesmo que, em muitos casos, tenha uma clara manifestação charlatã. O último critério de discernimento sobre o poder divino será sempre privatizado.

Trata-se de uma manifestação teocrática privatizada, porém sempre comunicada socialmente e com impactos na sociedade mais ampla. Por essa razão, o poder público não esteve completamente ausente desses

impactos, quando julgou como inadequado o proclamado poder divino invadindo a esfera pública como risco à saúde pública ou como ofensa aos direitos individuais e coletivos. Contudo, a chegada do poder divino na esfera pública vaza para além das confessionalidades, como será delineado nas reflexões nos tópicos posteriores. A história da política ocidental apelou para o poder de Deus em tempos e por meio de modelos mais ou menos regulares. Regimes, governos e líderes se apresentam de tempos em tempos como designados por Deus ou por alguma divindade para colocar em prática projetos salvadores das nações. Se o controle do poder divino na esfera da atuação na natureza cabe unicamente ao fiel ou às igrejas, agora ele tem como critério o próprio líder com seu séquito, seja aquele núcleo próximo que se encarrega de executar o projeto divino, quase sempre uma casta de iluminados ou de consagrados, seja pelos que a ele se agregam como fiéis seguidores.

O poder religioso historicizado promove uma síntese entre o transcendente e o imanente no seguintes termos: a) síntese imediata em um líder escolhido para a função que desde então fica investido de verdade salvífica que dispensa verificação; b) síntese que integra no líder a força sobrenatural como mito historicizado que dispensa a história e a ciência como mediações críticas do exercício de seu poder; c) síntese que no mito presente e encarnado agrega os desejos mais arcaicos das massas como imagem forte e violenta, anterior e superior a todas as mediações históricas entendidas como precárias e superadas; d) síntese que encontra no mito encarnado todas as soluções para o enfrentamento do caos pela via da força, sem controles institucionais; e) síntese que se perpetua como uma espécie de governo que não morre, com pretensões de continuidade ininterrupta na realização de seu projeto querido por Deus; f) síntese que unifica a diversidade e exclui toda diversidade como estranha, perigosa e inimiga; g) síntese que busca nos pares religiosos a narrativa legitimadora, seja em castas sacerdotais, seja em intelectuais iluminados ou, ainda, em alianças diretas com uma determinada confissão religiosa.

O poder divino encarnado historicamente em um governo tem sempre essa função de agregar o diverso no mesmo sentimento comum,

no mesmo projeto e na mesma comunhão de ideais, na mesma força e na mesma proporção com que cria o diferente e o torna hostil e perigoso. Por essa razão, a dialética entre o igual e o diferente conhece no mito suas expressões mais violentas, como a própria força do bem que enfrenta, luta e elimina o mal.

4. CONFIGURAÇÕES TEOCRÁTICAS ATUAIS

As negações das democracias em nome de algum mito superior mais ou menos teocrático, porém sempre transcendente, não seguem mais os velhos roteiros de tomada do poder, como bem analisam os autores da obra *Como as democracias morrem* (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). A morte da democracia é lenta e envenenada por dentro e não pela força externa de um golpe ditatorial implantado com o uso de armas. Os governos de tendência teocrática não se implantam nem como um regime do passado, nem com um líder religioso que toma o poder, como ocorre em certos países islâmicos. São governos eleitos pelo poder do povo que, aprovados pelo mesmo povo, se apresentam como portadores de um projeto que tem Deus na dianteira: Deus acima de todos! Por essa via, o poder de Deus se mostra legítimo, mesmo que gradativamente revele sua força na condução dos rumos autoritários dos governos. Os governos de ultradireita que costumam retornar ao poder no Ocidente democrático cristão, com seus projetos salvadores, seguem hoje essa pauta da morte lenta da democracia. O assassinato, segundo os autores citados, vem por algumas vias regulares, que, no caso brasileiro já estão quase naturais: rejeição ou relativização do jogo democrático (leis e processos democráticos), tolerância e encorajamento da violência, negação da legitimidade dos oponentes e restrição das liberdades civis (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 70-71). Curiosamente, os autores não observam no fundo ou na superfície dessas posturas o recurso ao religioso como fundamento do poder, o que parece estar, de fato, patente, na medida em que: a) o jogo democrático é relativizado em nome de uma lei maior, eterna e de origem religiosa, o que fica explícito quando a Bíblia aparece na mão do líder ou é evocada como referência para

o exercício do poder; b) o encorajamento da violência tem uma clara delimitação de bem e de mal que separa os malditos e os benditos de Deus; c) os oponentes rejeitados são inimigos por serem estranhos religiosamente, no caso dos islâmicos na Europa ou nos Estados Unidos, ou os ateus comunistas, no caso do Brasil, assim como os homossexuais, as feministas etc.; d) em nome de um poder exercido pela graça de Deus, seguem as posturas antidemocráticas por meio do negacionismo das ciências (em nome de doutrinas seguras), de revisão da história e de banalização de símbolos históricos, de afirmação de personalidades inimigas ou da oposição às casas da democracia, como no caso do Capitólio nos Estados Unidos, ou do Supremo Tribunal Federal no Brasil.

Do lado de cima do globo, a democracia vai sendo sufocada por líderes de ultradireita eleitos democraticamente que se apresentam como representantes de uma ruptura necessária para salvar a Europa. A dupla Orbán (primeiro-ministro húngaro) e Kaczinski (presidente polonês) afirmam que:

Nós reclamamos os valores tradicionais e conservadores: a família, a nação, a Igreja. E ainda bem que o fazemos, porque os conservadores europeus, aqueles que o deveriam fazer, abdicaram de seu papel. Os alemães da senhora Merkel adotaram o casamento gay, defendem o multiculturalismo, transformara-se em um partido centrista, deixaram de ser conservadores. Somos os defensores da Europa cristã, não apenas porque defendemos suas fronteiras, mas também porque defendemos seus valores tradicionais conservadores (BLAY, 2019, p. 49).

O projeto conservador e autoritário afirma a defesa da nacionalidade como sinônimo de modelo tradicional de família e como identidade cristã. Uma sociedade tradicional, que teria sido dissolvida pela própria democracia, deverá ser retomada em seus pilares antigos pelas mãos dos novos líderes. A religião oferece a matriz mais básica da identidade perdida e sustenta o projeto. A mesma postura é repetida por Bolsonaro no encerramento da Assembleia da Organização das Nações Unidas em 2020, onde afirmou: “O Brasil é um país cristão e conservador que tem na família sua base”.

A perspectiva neoteocrática fundamenta um pacote mais amplo de retomadas conservadoras. À vontade no seio da sociedade secularizada e do Estado laico, apresenta-se como salvadora das identidades perdidas, no caso do Brasil provocadas pela esquerda que se manteve no poder. Em nome de Deus, os governos se lançam destemidos como líderes populares que dispensam as estruturas democráticas obsoletas e desagregadoras. No retorno a antigos fundamentos, a teocracia se mostra como o antídoto mais forte que as democracias. Em nome de um poder onipotente e com o apoio dos que acreditam que no mesmo se encontra em curso governos que reproduzem o clássico vínculo fascista entre líder e massa, dispensando as mediações institucionais da democracia. Deus-líder-massa constitui a sequência regular dos novos governos. O foco de compreensão não parece tanto a defesa do Estado laico como entidade que, ao que tudo indica, sobreviverá, após os governos, mas, sobretudo, os meios legítimos que permitiram a chegada de um governo teocrático autoritário ao poder por dentro do mesmo Estado, sem a vigilância devida do Judiciário, com o apoio do exército (órgão do Estado) e das elites financeiras. Da parte da massa evangélica que manifestou o maior apoio a um candidato na história, a teologia do poder não é somente bem-vinda, mas natural e urgente para que Deus finalmente triunfe na nação. Da parte dos eleitores de um modo geral, a evocação de Deus como bandeira do governo poderá ter sido vista como manifestação de uma fé pública destemida do novo presidente, prova de sua honestidade e de sua competência. Afinal, ter a companhia de Deus no exercício do poder não poderá jamais ser negada como um valor para todos os que acreditam em seu poder e em sua existência.

O governo brasileiro tem contado com um time de pastores que ocupam postos no primeiro e nos demais escalões do governo e ali manifestam suas teologias do poder, com naturalidade e com a firme convicção de que Deus escolheu o candidato para uma missão de salvar a nação do caos. A motivação religiosa acompanhou a campanha e garantiu a legitimidade dos métodos inéditos de campanha por ele adotados; a pertença a determinados grupos religiosos, na maioria pentecostais e na totalidade fundamentalistas, regeu o critério de composição do

governo manifesto como “terrivelmente evangélico” e mostra seus impactos nas políticas governamentais. Um dos modelos dos velhos regimes teocráticos era precisamente o exercício do poder por meio de uma casta de sacerdotes. No caso já não se trata apenas de uma aliança com uma Igreja, da qual se espera apoio ideológico em troca de determinados favores, mas de um governo, de fato, clerical. Um aparelho governamental configurou um *front* religioso empenhado em retomar uma identidade cristã nacional e em implantar políticas públicas de orientação religiosa fundamentalista/tradicionista, por contar com segmentos católicos conservadores.

Seguindo a hipótese sugerida por David Priestland para interpretar o poder, pode-se dizer que a casta clerical dos reverendos se sente afinada com a casta militar com sua teologia da batalha que confronta os bons e os maus e oferece a vitória iminente do Reino de Deus. A batalha de Deus contra os inimigos da nação conta com a Bíblia e os fuzis, frente comum de guerreiros e clérigos que servem a casta dos comerciantes internacionais (2014 p. 12; 38). Contudo, uma casta, segundo o analista, “permite ver os grupos sociais não só como organismos que buscam o interesse próprio e a vantagem econômica, mas também como encarnações de ideias e estilos de vida que com frequência procuram impor aos outros” (p. 13). A luta religiosa encarnada pelo governo composto pelos escalões de reverendos nasce de uma perspectiva que leva adiante a missão de moldar a nação aos modelos cristãos.

Não se trata, portanto, somente de um pressuposto religioso que afirma a origem divina de todo poder e o traduz em uma determinada postura moral, mas de um exercício concreto de uma perspectiva teocrática que toma formas e direções no exercício governamental. São políticas de viés religioso que avançam por dentro das estruturas do Estado laico, ainda que se debatendo em improvisos que vão sendo emperrados, ora por impedimentos legais, ora por reações negativas da grande mídia. Entre acertos e erros, o poder de Deus exercido por reverendos e capitaneado pelo capitão católico-pentecostal vai tomando formas sobretudo como negação do mundo e da história, seguindo a lógica da batalha do bem contra o mal. E não por acaso trata-se de um governo dinamizado

praticamente em políticas negativas e não afirmativas; ações empenhadas em desmontar o que antes havia sido implantado em políticas públicas e em garantias legais.

5. A CONFIGURAÇÃO TEOCRÁTICA NACIONAL

Deus acima de tudo! A teologia do poder de Deus contida nessa máxima será analisada mais à frente. De fato, parece ser dessa unidade teológica de fundo que advém a confluência das tendências que compuseram o governo atual desde a sua instalação. Afinal, retornar aos pilares sociais, políticos e culturais do passado significa necessariamente adotar seu fundamento primeiro. Se, para muitos, não passa de um acordo inevitável para a defesa de interesses econômicos – e com certeza é –, para outros, significa uma oportunidade de implantar um governo capaz de transformar a sociedade por demais modernizada em uma sociedade unificada por valores morais, entendidos como valores cristãos. A unidade nacional perdida nas denúncias de corrupção que culminaram no *impeachment* da Presidente Dilma e, de modo simbólico, na condenação do líder popular ex-presidente Lula, não desenhou somente um quadro de crise aguda na economia e no modelo democrático, mas abriu um vácuo na paternidade nacional, por onde deveria entrar um novo líder com seus antídotos políticos capazes de recuperar a unidade ou conduzir a nação um ponto de solução. Muitos dos desvalidos e desamparados podem realmente ter trocado de pai. Sem entrar nas distinções reais entre crise concreta e crise construída, o fato é que a consciência de uma crise nacional aguda trouxe à tona o sentimento comum da indignação nacional, do entusiasmo em torno do novo líder e a esperança de uma superação urgente e certa (WEBER, 1997, p. 194).

Não há dúvidas de que o atual presidente aglutinou em sua performance a indignação, o entusiasmo e a esperança das massas, segundo a velha sequência dos líderes autoritários, contando, porém, naquele momento com as imensas possibilidades abertas pelas redes sociais. Foi por essa mediação que navegou e construiu uma massa de adeptos diretos

que dispensou as mídias clássicas, contando, como hoje é sabido, com as estratégias das *fake news* controladas por robôs remotos (EMPOLLI, 2020). O método já havia sido testado na campanha de Donald Trump e no plebiscito *brexit*. A destradicionalização política ou despolitização já em curso nos tempos de desmodernização encontrou o ponto mais saliente e ágil de concretização (TOURAINÉ, 1999, p. 29-67). Em nenhum momento da história política, a possibilidade técnica de construção populista e de dissolução da *polis* moderna esteve tão disponível. As bolhas políticas construídas, alimentadas e expandidas em escala exponencial, permitem a construção de um mundo próprio que reproduz as verdades certas a serem seguidas pelos adeptos do líder onipresente nas redes por meio de cada aparelho celular.

As novas teocracias renascem nessas condições históricas bem determinadas e aí encontram solo fértil para germinar suas prerrogativas, mesmo que diretamente vinculadas a um líder, ou que dele dependam diretamente. Trata-se de um fundamento que vai mostrando sua força no meio das posturas e das estratégias do líder autoritário e não propriamente de um projeto articulado. Embora seja nítida a ruptura com o imaginário laico, o aparelho estatal permanece laico em suas estruturas e processos, o que impede a presença de um regime teocrático explícito, assim como de um projeto composto de modo coerente e sistêmico. No caso do Brasil, de fato nenhum projeto de governo foi defendido publicamente por Jair Bolsonaro durante a campanha que o elegeu, e durante seu governo o ensaio e o erro são mais regulares do que qualquer planejamento. Como parece previsto nas lideranças carismáticas, a figura do líder se impõe por si mesma por meio de uma utopia salvadora que encarna e promete realizar com sua simples presença. Nesse sentido, não serão somente estratégias de marketing as afirmações apelativas de cunho salvacionista da nação em crise que ele profere nos improvisos matinais junto aos fãs eufóricos. O tom do entusiasmo é o principal mecanismo agregador das massas nas performances dos caudilhos de plantão ou dos líderes político salvacionistas. O séquito acolhe o líder pelo que encarna e representa e não pelo que defende com fundamento e coerência. A palavra do líder é autoridade

a ser ovacionada, independentemente de seu conteúdo e antes que chegue à boca do mesmo. Ele é a palavra da promessa que se mostra em carne e osso.

6. AS PALAVRAS E AS COISAS PÚBLICAS

As palavras do mandatário e de seus escalões governamentais não mentem. Aliás, jamais mentiram, desde a campanha, a começar pelo slogan que a norteou. No máximo elas extrapolaram os limites legais da possibilidade de efetivação, uma vez que o governo se instalou com suas visões teocráticas por dentro das regras instituídas do Estado laico. A luta cada vez mais clara e frontal entre o Judiciário, concretamente entre o Supremo Tribunal Federal e o governo (com o Messias Bolsonaro e seus escalões religiosos), foi revelando esse conflito entre o ideal e o possível. Ao longo dos anos de governo, o papel do Judiciário revelou-se fundamental para a preservação das estruturas democráticas e, por conseguinte, das estruturas laicas. As políticas negativas da batalha contra o mal não avançaram mais devido aos freios legais impostos pelo aparelho judicial, postura que adquiria destaque cada vez maior, tendo em vista o alinhamento do Congresso Nacional. Acima da lei, da moral, das etiquetas e das liturgias do cargo, o presidente e suas castas não pouparam a nação e o mundo de seus impropérios políticos pronunciados diariamente. As coleções de frases proferidas por membros do governo estão disponíveis em inúmeros sítios da internet, que não serão indicados por razões de estética textual. Por ora, valem recordar algumas “pérolas” que explicitam a visão religiosa do governo.

Jair Messias Bolsonaro

“Deus acima de todos. Brasil acima de tudo” (slogan do governo).

“Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de Estado laico, não. O Estado é cristão e a minoria que for contra que se mude. As minorias têm que se curvar para as maiorias” (encontro na Paraíba, fevereiro de 2018).

“Muitos tentam nos deixar de lado, dizendo que o Estado é laico. O Estado é laico, mas nós somos cristãos. Ou, para plagiar a minha querida

Damare: Nós somos terrivelmente cristãos. E esse espírito deve estar presente em todos os poderes. Por isso, o meu compromisso: poderei indicar dois ministros para o Supremo Tribunal Federal [STF]. Um deles será terrivelmente evangélico”, declarou o presidente (discurso na Câmara dos Deputados em julho de 2019).

“O presidente pode misturar política com religião?” “O Estado é laico, SIM. Mas o Presidente da República é CRISTÃO, como aproximadamente 90% do povo brasileiro também o é. ‘Se Deus é por nós, quem será contra nós?’” (em rede social em agosto de 2019).

“Meu país esteve muito próximo do socialismo, o que nos colocou em uma situação de corrupção generalizada, grave recessão econômica, altas taxas de criminalidade e de ataques ininterruptos aos valores familiares e religiosos que formam nossas tradições” (discurso na Organização das Nações Unidas em 2020).

“O Brasil é um país cristão e conservador que tem na família sua base” (discurso na Organização das Nações Unidas, setembro de 2020).

“Cala a boca, vocês são uns canalhas. Vocês fazem um jornalismo canalha que não ajuda em nada. Vocês destroem a família brasileira, destroem a religião brasileira. Vocês não prestam” (a uma jornalista em junho de 2021, em Guaratinguetá).

“O Brasil tem um presidente que acredita em Deus, respeita a Constituição e seus militares, valoriza a família e deve lealdade a seu povo” (discurso na Organização das Nações Unidas, em 2021).

Ernesto Araújo (Ministro das Relações Exteriores)

“Sou Ernesto Araújo. Tenho 28 anos de serviço público e sou também escritor. Quero ajudar o Brasil e o mundo a se libertarem da ideologia globalista. Globalismo é a globalização econômica que passou a ser pilotada pelo marxismo cultural. Essencialmente é um sistema anti-humano e anticristão. A fé em Cristo significa, hoje, lutar contra o globalismo, cujo objetivo último é romper a conexão entre Deus e o homem, tornado o homem escravo e Deus irrelevante. O projeto metapolítico significa, essencialmente, abrir-se para a presença de Deus na política e na história.”

“A providência divina ajudou a eleger Bolsonaro. Deus está de volta e a nação está de volta: uma nação com Deus. Deus através da nação.”

“De fato, a pedra que os órgãos de imprensa rejeitaram, que a mídia rejeitou, a pedra que os intelectuais rejeitaram, a pedra que tantos artistas rejeitaram, a pedra que tantos autoproclamados especialistas rejeitaram, essa pedra tornou-se a pedra angular do edifício, o edifício do novo Brasil.”

Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)

“Naquele dia, Deus renovou nossas forças. Porque Deus nos disse que não são os deputados que vão mudar essa nação, não é o governo que vai mudar esta nação, não é a política que vai mudar esta nação, que é a Igreja evangélica, quando clama. É a Igreja evangélica, quando se levanta (que muda a nação).”

“As instituições piraram nesta nação. Mas há uma instituição que não pirou. E esta nação só pode contar com essa instituição agora. É a Igreja de Jesus. Chegou a nossa hora. É o momento de a Igreja ocupar a nação. É o momento de a Igreja dizer à nação a que viemos. É o momento de a Igreja governar.”

“Não estamos cansados. Só Deus nos impede. Se não for vontade de Deus que estejamos na condução do Brasil, não vamos continuar.”

Milton Ribeiro (Ministro da Educação)

“O papel do Ministro da Educação é ‘mais espiritual do que político’. ‘Nós queremos tirar o Brasil de um rumo de desastre, em que valores como família, como criação de filhos, o que é certo, o que é errado, pudessem ser novamente restabelecidos. A Bíblia diz que haveria um tempo em que as pessoas iriam chamar o que é errado de certo, e o que é certo de errado’.”

Onyx Lorenzoni (Ministro da Secretaria-geral da Presidência)

“Pois a nossa luta não é contra os seres humanos, mas contra os poderes e autoridades, contra os dominadores deste mundo de trevas, contra as forças espirituais do mal nas regiões celestiais” (Ef 6,12).

Não houve escrúpulos republicanos que pudessem colocar freio ou tom adequado nas palavras espontâneas do *staff* superior do governo nesses quatro anos de mandato. Nos foros internacionais e no “cercadinho” do Planalto, o presidente manifestava suas convicções e intenções

religiosas. Em coletiva de 12 de julho de 2021, irritado com a pergunta de um jornalista, ele encerrou a entrevista convidando os jornalistas a rezarem um “Pai-Nosso”. Não parece ser somente uma oração fora de lugar, mas o sintoma psicológico do uso religioso como solução para os problemas do governo. Válvula de escape religioso ou estratégia do escândalo perante a mídia incômoda? Seja o que for, o religioso tem sido um recurso disponível do governo em todos os momentos, mas, de modo sintomático, nos momentos em que se sente acuado. Não há dúvidas de que o atual presidente opera com um imaginário político-religioso popular que dispensa as mediações das ciências, utilizando-se, ao mesmo tempo, de elementos católicos tradicionais bem afinados às suas posturas conservadoras e de elementos pentecostais, sobretudo de uma teologia da batalha do bem contra o mal. A sua leitura de mundo é basicamente religiosa e com ela tem composto os escalões principais de seu governo terrivelmente evangélico. É com essa geral de leitura que se pode entender as posturas conspiratórias e negacionistas utilizadas por ele e por vários de seus ministros: são antes de tudo posturas crentes e não céticas, como possa sugerir. Os fatos e as ciências são negados em nome de uma crença em algo maior – anterior e superior – que oferece uma verdade certa e segura.

O Estado laico se mostrava como um mero palco de sujeitos religiosos decididos a transformar a nação em uma nação cristã em todas as frentes de atuação do governo. Vários ministros se posicionavam precisamente como executores dessa política teocrática, utilizando-se de passagens bíblicas e afirmando ter chegado o momento de as igrejas evangélicas controlarem o governo e transformarem a nação. Ainda na fase preparatório do governo, ao ser acusado de receber Caixa 2 da JBS, Onyx Lorenzoni disse que o “mais importante era resolver com Deus”, evitando com isso dar as explicações solicitadas. Para os que se julgam investidos de uma autoridade política que vem de Deus, todas as coisas se fundamentam em Deus, inclusive aquelas duvidosamente morais.

As frases citadas são apenas a ponta do iceberg de um bloco governamental mais plural e complexo, composto por tendências afinadas entre si, militares, pentecostais e a chamada ala ideológica dos seguidores

de Olavo de Carvalho, além de católicos tradicionalistas. Acrescentam-se ainda as forças parlamentares do Congresso BBB (Bala, Boi e Bíblia), ou seja, a bancada evangélica, a bancada ruralista e os ex-militares, assim como o apoio direto de pastores e igrejas pentecostais. É de dentro dessa aliança tecida na indignação, no entusiasmo e na esperança (WEBER, 1997, p. 194), que a fundamentação religiosa do poder encontra sua função e se estrutura a partir de algumas tendências, ou de uma lógica própria: a) como postura fundamentalista que retira verdades concluídas de versículos bíblicos e de doutrinas político-religiosas; b) como sistema de crença eclético que afirma o poder de Deus sobre todas as coisas e em ação direta na reconstrução da nação; c) como visão pessimista da realidade que afirma a decadência da sociedade e a necessidade da graça divina para redimi-la; d) como narrativa homilética autorreferenciada, situada acima e paralela à realidade concreta (aos fatos e aos números); e) como verdade suprema que dispensa a história e a ciência como parâmetros; f) como palavra que se realiza pelo simples fato de ser dita, e por isso deve ser repetida, não obstante as contradições dos fatos; g) como momento nacional preparado pela Providência divina por meio dos grupos que se encontram no poder; h) como luta permanente entre o bem e o mal (os homens de bem e os do mal); i) como afinidade entre visão teocrática, conservadorismo e autoritarismo.

Ainda que de maneira um tanto desarranjada, trata-se de um governo que opera com uma teologia política e não com uma filosofia política concluída pela tradição do espírito das luzes (LILLA, 2007). Essa mentalidade política pouco escolarizada bebe de referências teológicas de fato populares que dispensam o diálogo com as mediações científicas no momento de distinguir os espaços das coisas públicas e das coisas religiosas, mas também de pensar as próprias fontes da fé. Trata-se de uma visão ancorada em paradigmas antimodernos construídos no século XIX, os de matriz fundamentalista evangélico ou os de matriz integrista católico que visaram afirmar a percepção cristã de realidade (PELIKAN, 2016, p. 303-314). Para ambos, o cristianismo dispõe de um arsenal de verdades definitivas e infalíveis que desbancam todas as pretensões das ciências.

Os discursos revelam e exercem, por conseguinte, funções políticas muito concretas: a) na identificação entre o poder de Deus e o poder do líder, acima de todos assim como Deus; b) no expurgo permanente em nome de Deus de todos os que discordam das máximas do governo; c) na sustentação de versões (e mentiras) que, por serem repetidas, são assimiladas como verdades ou rotinizadas como banalidades; d) na reprodução do apoio religioso dos grupos, na medida em que a narrativa religiosa mantém sua hegemonia; e) no sacrifício concomitante do Estado laico e do Estado de direito em nome de um poder maior e de uma norma transcendente.

Os discursos oferecem fragmentos de uma afinidade de fundo entre os interesses mais materiais (os econômico-financeiros das elites e dos clérigos com suas igrejas) e mais espirituais (a execução do poder de Deus por meio de seus eleitos). Poder de Deus e poder econômico parecem, de fato, escrever a história de todos os poderes políticos de todos os tempos. Mas, na conjuntura atual, essa junção conta com uma tecnologia potente, capaz de agregar e alimentar apoiadores fiéis por meio de uma engenharia que aposta na criação permanente de discursos impactantes, como observa Giuliano Da Empoli:

No mundo de Donald Trump, de Boris Johnson e Jair Bolsonaro, cada novo dia nasce com uma gafe, uma polêmica, a eclosão de um escândalo. Mal se está comentando um evento, e esse já é eclipsado por um outro, em uma espiral infinita que catalisa a atenção e satura a cena midiática. Diante desse espetáculo, é grande a tentação, para muitos observadores, de levar as mãos aos céus e dar razão ao bardo: “O tempo está fora do eixo!” (2020, p. 18).

Os discursos neoteocráticos fora do eixo se enquadram nessa engenharia de escândalos, não estão fora do gabinete paralelo gestor do governo (o chamado gabinete do ódio) diretamente conectado com suas bolhas virtuais. Uma espécie de estado paralelo que opera com suas dinâmicas próprias que dispensam os valores e as regras do Estado oficial. Mas são discursos que operam por dentro da estrutura estatal laica e misturados aos discursos politicamente legítimos e instituídos pelas

regras democráticas em vigor. Ao que tudo indica, as forças e frentes que compõem o governo não terão condições históricas de operar uma ruptura de regime político e, muito menos, de dissolver as estruturas laicas do Estado com suas convicções e missões teocráticas. Nesse sentido, instaurou-se, por um lado, um regime esquizofrênico operado com uma narrativa religiosa e, ao mesmo tempo, com uma estrutura laica, e, por outro, uma funcionalidade teocrática efetiva que foi sendo traduzida em políticas públicas. Espírito teocrático em corpo laico.

As declarações de natureza teocrática não constituem somente uma antológica coletânea de fragmentos anacrônicos sobre os fundamentos do poder político em plena democracia, mas a justificativa de uma postura política patriótica, familista, soberanista, autoritária e intolerante. O uso do nome de Deus ou, antes disso, a profissão de fé pessoal de um político pode ser exótica em determinados contextos, mas não são por si mesmos reprováveis. Também aos governantes deve ser concedida a prerrogativa da liberdade religiosa. O problema reside no perfil de governo decorrente da fundamentação religiosa: poder de Deus que fundamenta governos messiânicos e autoritários. A aproximação direta entre Deus e governos não é inocente e neutra.

A fundamentação religiosa do poder foi interpretada de forma precisa pelo presidente do STF ao comentar as cenas de êxtase político de Jair Messias com suas bases em Brasília em São Paulo, em 7 de setembro de 2021. Na nota de natureza político-jurídica, o ministro lançou mão de duas categorias teológicas que definiam os eventos golpistas: profecia e messianismo. Como serão analisadas mais adiante, as ofertas e solução salvadora das crises são promessas religiosas travestidas de solução políticas. As cenas de rua no dia da pátria revelaram de forma emblemática essa postura típica dos líderes autoritários que rompem com a ordem instituída em nome de uma indignação e sob o comando entusiasmado das massas. O Ministro Luiz Fux expressou a dimensão religiosa inerente a uma certa compreensão de pátria. “Estejamos atentos a esses falsos profetas do patriotismo”. O sentimento patriótico exacerbado oferece o clima experimental do paraíso social e político prometido. E ele completa a reflexão conclamando o povo a não se iludir com as

promessas: “Povo brasileiro, não caia na tentação das narrativas fáceis e messiânicas, que criam falsos inimigos da nação”. Os mitos políticos operam sempre com narrativas dualistas que opõem os bons contra os maus, o caos contra o cosmos (<https://noticias.r7.com/brasil/leia-a-integra-do-discurso-do-presidente-do-stf-luiz-fux-10092021>). O ministro captou com precisão a lógica religiosa dos propósitos autoritários, quando algum tipo de teocracia se mostra como força regular que mata legitimamente a democracia.

A cena neoteocrática explícita e traduzida em um aparelho funcional no governo atual tem sido uma excitação religiosa original e politicamente perigosa. Como será analisado mais à frente, todo mito salvador encarnado não deixa a história impune; ao contrário, desencadeia processos violentos que constroem e eliminam os inimigos (FINCHELSTEIN, 2015). Os resultados de sua atuação são quase sempre trágicos. Os governos teocráticos não somente repetem discursos antigos sobre o poder de Deus como fundamento da política, mas visam, precisamente, traduzir os discursos em políticas públicas. A gestão da pandemia por parte do governo revelou os efeitos trágicos dessa política. O caso Prevent Senior revela um capítulo previsto dessa tragédia anunciada. A tão reclamada polarização nacional não resulta de uma opção política de dois grupos, segundo as regras da luta política partidária e que encontra no momento do governo legitimamente eleito o amparo das diferenças e no Estado as leis que regulam os eventuais conflitos. Não se trata de uma polarização dessa natureza, mas de uma polarização anterior ao jogo democrático instituído que coloca em confronto a institucionalidade e dissolução das instituições, a civilização e a barbárie, em termos mítico-políticos, a luta entre o bem e o mal. A utopia retrospectiva do paraíso (TOURAINÉ, 1999, p. 47) excita os sonhos de salvação, mas termina sempre tendo que executar as máximas do realismo histórico que se resumem no “comerás o pão com o suor de seu rosto”. O ressentimento costuma ser o estágio seguinte, próprio da ressaca política das massas que perderam o líder e jamais alcançaram o paraíso.